

GOVERNO FEDERAL
MINISTERIO DO INTERIOR
FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDIO
ÁREA PROIBIDA
RESERVA INDÍGENA COM ACESSO
INTERDITO A PESSOAS ESTRANHEIRAS
ART. 133 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL
ART. 171 DA LEI Nº 6.009/73
ART. 1º DO REGULAMENTO



Fotos: Mário Queiroz



O cacique Nelson Saracura disse "que não se pode tirar índio da sua casa e de sua terra" e denuncia à polícia. A mulher e filhos do índio Samado Santos Pataxó na casa que foi queimada por um agricultor.

Ameaça de briga dentro da tribo

Em consequência da transferência do grupo de 226 índios para Fazenda São Lucas

SUCURSAL DE ITABUNA

O ambiente na Fazenda São Lucas, em Pau Brasil, para onde foram transferidos os índios Pataxó Hã-Hã-Hã, é de muita tensão e existe grande possibilidade de conflito entre os dois grupos rivais — o liderado pelo cacique Saracura (que já estava instalado na fazenda) e o do dissidente cacique Nailton.

O cacique Nelson Saracura diz que "nada está bom pois a Justiça tem sido lenta para resolver a questão dessas terras". Assinala, ainda, que os problemas internos da aldeia devem ser resolvidos por ele e as lideranças, por mais ninguém.

Ele criticou a decisão do juiz federal Lázaro Guimarães de autorizar a retirada dos indígenas do grupo liderado por Nailton Muniz das fazendas Bom Jardim e Providência, por considerar que "não se pode retirar índios da sua terra e da sua casa. Eu sempre respeitei a Justiça, mas quero que ela nos respeite".

Saracura se considera desrespeitado e não esconde sua mágoa: "Quando trouxeram os índios até aqui, no domingo, a polícia tomou minhas armas — a borduna. Agiram com violência comigo, deram até descarga de metralhadora, mas se atingissem um índio, muitos morreriam por isto. Vou saber da Funai e do juiz sobre este caso.

Vou a Brasília para conversar com o presidente da Funai, saber se ele mandou o coronel dar apoio ao fazendeiro porque a Funai tem que dar apoio ao índio".

Sobre a questão interna entre os grupos indígenas, Nelson Saracura disse que os índios não estão divididos: "O problema é que eles (o grupo de Nailton Muniz) estavam em outra área, numa terra que também é nossa e de onde não deveriam ter sido retirados. Aqui nós não vamos dividir nada e eu não vou aceitar eles aqui".

O cacique explicou que será realizada uma reunião para definir os problemas e para saber quem está ganhando dinheiro para ser contra os índios. "Se a

Funai aceitou tirar os índios, tem de achar um lugar para eles, porque nós queremos a paz e trabalho", finalizou.

EM JACARECI

Armados de revólveres, três funcionários da Funai, inclusive o delegado do órgão, Eustáquio Machado, detiveram, na tarde de segunda-feira, o agricultor Salvador Gomes Neris, a quem acusam de ter queimado a casa onde residia Elita Ferreira dos Santos e mais seis crianças, numa pequena propriedade do índio Samado Santos Pataxó, a pouco mais de um quilômetro da sede da Fazenda Providência.

Cicero Gomes Neris, proprietário da Fazenda Providência, garante que seu

irmão Salvador não foi o autor do atentado contra os índios e que tem testemunhas disso. Ele já contratou advogado para fazer a defesa do irmão.

Cicero acredita que o incêndio foi provocado por pessoas interessadas em tumultuar mais ainda aquela área. "O certo é que meu irmão não fez isso. Ele estava comigo em casa na noite do incidente".

DEFESA COM VIOLENCIA

Também nos municípios de Camacã e Itaju do Colônia, o clima é de muita tensão, pois existe um pacto entre agricultores de defender, se for preciso usando até a violência, as propriedades que consideram suas.

Para o agricultor Luciano Messias

Galvão, presidente do Sindicato de Itaju do Colônia, "existem interesses escusos incitando os índios a invadirem as fazendas da região, que têm 36 mil hectares, produzem 400 mil arrobas de cacau e têm um rebanho de aproximadamente 100 mil cabeças de gado".

O vigário capitular da Diocese de Itabuna, padre Jackson Queiroz, propõe que seja negociado entre os fazendeiros e a Funai uma solução para o problema. "Poderia ser feita doação de área ou o governo poderia adquirir um local onde se estabeleceria uma reserva, a ser legalizada pela Delegacia de Terras e com um posto de vigilância permanente, sob a supervisão direta da Funai".

KLEBER TORRES

Cacique Nailton vem a Salvador

A antropóloga Maria do Rosário Carvalho, do Departamento de Antropologia da UFBA, e da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAI) seção da Bahia) anunciou ontem, que ainda esta semana — o dia será confirmado hoje — chegarão a Salvador alguns líderes do grupo do cacique Nailton, que no último domingo foram obrigados a retornar para os limites da Fazenda São Lucas. Aqui, man-

terão contato com autoridades, a Igreja, através de Dom Avelar para denunciar a grande tensão existente entre as duas facções de índios e a situação precária na reserva.

Um mensageiro dos índios, ligado ao grupo de Nailton e Samado tem mantido constantes contatos telefônicos com a antropóloga e denuncia que além

da grande tensão provocada pela convivência obrigatória entre as facções lideradas por Nailton Muniz e Nelson Saracura, os adeptos da primeira facção, recém-chegados à reserva, além de permanecerem nos fundos da Fazenda, sem seus líderes principais, estão há três dias — desde que foram transferidos — sem qualquer alimento.

Os líderes do grupo — Nailton,

Samado, a mãe de Nailton e outro índio — permanecem fora da reserva, no vizinho município de Itajú do Colônia, diante do impedimento do cacique Nelson Saracura, que se recusa a permitir sua entrada na Fazenda. Eduardo Almeida, presidente da ANAI não acredita na possibilidade de conflitos "pois os índios estão sem liderança e amedrontados". Segundo ele, haverá a

partir da próxima sexta-feira (até domingo), uma reunião das lideranças indigenistas, em Mirandela (município de Ribeira do Pomal) na reserva dos Kiriri, onde as dificuldades dos índios serão discutidas.

Por outro lado as entidades de defesa dos índios — ANAI, CIMI, Comissão Pró-Índio, Comissão de Trabalho Indigenis-

ta entre outras — estão tentando antecipar a data da vinda da Comissão Parlamentar do Índio, presidida pelo deputado Mário Juruna, inicialmente marcada para o próximo dia 12. As entidades consideram que até lá os índios continuarão abandonados e portanto há urgência de que a comissão verifique "in loco" seus problemas, para tentar mediar soluções entre as autoridades e a FUNAI.